

NOTA TÉCNICA Nº 0057/2025
Fase Externa Licitação

I - Fiscalização

Processo: 0002/2025
Sequência: 0001/2025
Modalidade: Inexigibilidade por Credenciamento
Secretarias Requisitantes: Secretaria Municipal de Saúde
Ordenador de Despesa: Edson Adão dos Santos
Valor estimado da licitação: R\$ 113.800,00
Número de páginas: 306

II - Objeto

Credenciamento de pessoa jurídica visando a prestação de serviços complementares na área de saúde, para realização de exames de radiografia odontológica no Município de Barão de Cocais/MG.

III - Fundamentação Legal

Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988 (Art.31, Art.70 a 74);
Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2.000;
Lei Municipal Complementar nº 1.433 de 27 de fevereiro de 2009 e suas alterações;
Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993;
Decreto Municipal nº 107, de 08 de fevereiro de 2021;
Plano Plurianual vigente;
Lei Orçamentária Anual vigente;
Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;
Decisão Normativa Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nº 02 de 26 de outubro de 2016.
Instrução Normativa Municipal nº 006, de 07 de agosto de 2017;
Instrução Normativa Municipal nº 014, de 06 de maio de 2021.

IV – Metodologia

As auditorias de conformidade preventivas em processos licitatórios, são realizadas confrontando aspectos técnicos e legais, utilizando-se ferramentas como o *check-list* elaborado com base no que determina as legislações citadas acima. Cada ponto técnico é verificado e apontado na Nota Técnica, que é incorporada ao processo, cabendo ao ordenador de despesa alterações ou justificativa.

A Secretaria de Controle Interno articula informações com o objetivo de resguardar a administração pública, por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na gestão dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito das Secretarias Municipais.

V – Análise

Trata-se de Inexigibilidade de licitação, através de procedimento auxiliar de Credenciamento com modo de apuração global, para contratação de pessoa jurídica visando a prestação de serviços complementares na área de saúde para realização de exames de radiografia odontológica no município de Barão de Cocais/MG, tendo como valor estimado a importância de **R\$ 113.800,00 (cento e treze mil e oitocentos reais)**.

Os presentes autos vieram para a Secretaria Municipal de Controle, para auditoria dos aspectos procedimentais e legais da fase externa do processo licitatório. Os pontos de verificação estão no *check-list* anexo a Nota Técnica.

VI - Conclusão

Levando em consideração os documentos que constam nos autos até a presente data, após exames detalhados dos atos procedimentais, e com base nas regras insculpidas pela Lei nº. 14.133/2021, esta Controladoria dá parecer favorável para prosseguimento. Houve identificação de equívoco no Edital e Anexos, com relação a documentação exigida para habilitação, porém, o processo foi suspenso para a devida retificação. Após a correção foi feita a republicação e reabertura dos prazos.

Indica-se que antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, emitir as certidões cuja validade tenha expirado no decorrer do processo e juntá-las ao mesmo.

Atenta-se para que seja observado os termos do artigo 94 da Lei 14.133/2021, para divulgação do contrato no Portal de Contratações Públicas (PNCP).

Barão de Cocais, 08 de abril de 2025.

CHECK-LIST PARA CREDENCIAMENTO				
PROCESSO Nº 0002/2025		SEQUÊNCIA: 00001/2025		
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art.79, inciso II, da Lei Federal nº.14.133/2021.				
OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica visando a prestação de serviços complementares na área de saúde, para realização de exames de radiografia odontológica no Município de Barão de Cocais/MG.				
LEGENDA: S – SIM N – NÃO NA – NÃO APLICÁVEL				
DESCRIÇÃO	DISPOSITIVO LEGAL	S	N	NA
FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO				
A Inexigibilidade/Credenciamento foi formalizada por meio de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado?		S, Págs. 01/306.		
Check-list – Fase Interna conferido com sucesso?		S, Nota Técnica nº. 012/2025 Págs. 40/44.		
Houve atestado com ressalva? Se positivo, as ressalvas foram sanadas?			N, Não houve ressalva.	
Análise e aprovação da minuta de edital e seus anexos pela assessoria jurídica.	Lei nº 14.133/2021, art. 53, § 1º.	S, Parecer Jurídico PJ/LI-015/2025 Págs. 46/50. Edital de Chamamento Págs. 53/88. Edital Retificado Págs. 170/205.		
Houve publicação do edital e juntada de comprovante da publicação?	Lei nº 14.133/2021, art.54, § 1º	S, Edital de Chamamento Págs. 53/88. Edital Retificado Págs. 170/205. Publicações Págs. 89/96. Págs. 206/212v.		
I. A licitação foi realizada preferencialmente sob a forma eletrônica? a) Em caso de forma presencial, foi apresentada a devida	Lei nº 14.133/2021, art.17, § 2º.	S, Licitar Págs. 90/90v. Págs. 206/206v.		

justificativa? A sessão pública foi registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.				
As atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora constam do processo?	Lei n.º 14.133/2021, art.8º.	<p>S,</p> <p>Termo de Designação de Agente de Contratação Págs. 12/13.</p> <p>Despacho Págs. 15.</p> <p>Solicitação de indicação de dotação e bloqueio orçamentário Págs. 20.</p> <p>Memorando 0004/2025 Págs. 22.</p> <p>Despacho Págs. 25.</p> <p>E-mail Págs. 26.</p> <p>Despacho Págs. 38.</p> <p>Solicitação de Parecer Págs. 39.</p> <p>E-mail Págs. 45. Págs. 51.</p> <p>Comunicado Págs. 97.</p> <p>Checklist Págs. 102/103v.</p> <p>E-mail. Págs. 158.</p> <p>Ata Credenciamento Págs. 161/162.</p> <p>E-mail Págs. 168.</p> <p>Termo de Redesignação de Agente de Contratação Págs. 213/214.</p>		



		<p>Comunicado de Sessão Págs. 218.</p> <p>Checklist Centro Odontológico Ayres Diniz Ltda Págs. 230/231v.</p> <p>E-mail Págs, 298.</p> <p>Ata de Credenciamento Págs. 301/302v.</p> <p>Solicita de Parecer Págs. 306.</p>		
Os documentos encontram-se assinados e pelo agente de contratação e comissão?	Lei 14.133, art. 12, I e § 2º.	<p>S, Termo de Designação de Agente de Contratação Págs. 12/13.</p> <p>Despacho Págs. 15.</p> <p>Solicitação de indicação de dotação e bloqueio orçamentário Págs. 20.</p> <p>Memorando 0004/2025 Págs. 22.</p> <p>Despacho Págs. 25.</p> <p>E-mail Págs. 26.</p> <p>Despacho Págs. 38.</p> <p>Solicitação de Parecer Págs. 39.</p> <p>E-mail Págs. 45. Págs. 51.</p> <p>Comunicado Págs. 97.</p> <p>Checklist Págs. 102/103v.</p>		



		<p>E-mail. Págs. 158.</p> <p>Ata Credenciamento Págs. 161/162.</p> <p>E-mail Págs. 168.</p> <p>Termo de Redesignação de Agente de Contratação Págs. 213/214.</p> <p>Comunicado de Sessão Págs. 218.</p> <p>Checklist Centro Odontológico Ayres Diniz Ltda Págs. 230/231v.</p> <p>E-mail Págs, 298.</p> <p>Ata de Credenciamento Págs. 301/302v.</p> <p>Solicita de Parecer Págs. 306.</p>		
Foi constatada a conformidade da (s) proposta (s) e dos documentos que as instruírem?	Lei n.º 14.133/21, art. 59, § 1º.	<p>S, Proposta Readequada Págs. 101/101v.</p> <p>Proposta Readequada Págs. 300/300v.</p>		
Foi juntada a documentação que comprove a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, habilitação econômico-financeira e habilitação técnica da empresa, no que couber?	Lei n.º 14.133/21, art. 62, I e art. 66. art. 62, III e art.68. art. 62, IV e art. 69. art.62, II e art.67.	<p>S, Doc. Habilitação Centro Odontológico Ayres Diniz Ltda Págs. 232/248. Págs. 250.</p>		
Foi juntada declaração de que não emprega menor de 16 anos, salvo, na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos?	CR/88, art.7º, XXXIII.	<p>S, Págs. 249.</p>		
Foi juntada declaração de que os licitantes atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma	Lei n.º 14.133/21, art. 63, I.	<p>S, Proposta Readequada Declarações Págs. 300v.</p>		

da lei?				
Foi juntada declaração de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas?	Lei nº 14.133/21, art. 63, IV.	S, Proposta Readequada Declarações Págs. 300v.		
Consta no edital cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas?	Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º.	S, Item 4.12.4 Págs. 173.		
No caso de exigência no edital, na fase de julgamento do processo, de amostra, exame de conformidade e prova de conceito entre outros testes, foi emitido relatório pela comissão de avaliação/secretaria requisitante?	Lei nº. 14.133/93, art. 17, IV, § 3º.		N	
Os pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação constam do processo?		Nota Técnica nº 012/2025 Págs. 40/44. PJ/LI-015/2025 Págs. 46/50. Relatório de qualificação técnica Págs. 299.		
O licitante vencedor preencheu os requisitos constantes no edital?		S, Doc. Habilitação Págs. 232/297.		
O comprovante da divulgação do resultado da licitação consta do processo?	Lei nº 14.133/21, art. 61, § 2º.	S, Págs. 303/305v.		
Se for o caso, constam do processo impugnações, pedidos de esclarecimentos e recursos	Lei n.º 8.666/93, art. 38, IX.			

eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões?				
-------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

Barão de Cocais, 08 de abril de 2025.

Vera Lúcia Siqueira Ferreira
Secretária Municipal de Controle Interno